



Rosário Oeste/MT, 26 de Novembro de 2020.

Ofício nº. 070/GAB/PMRO/2020.

Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência a Mensagem de Lei n.º 011/2020, para a devida apreciação desta Egrégia Casa de Leis, que contém Projeto de Lei que – ***“Dispõe sobre o parcelamento e pagamento dos débitos da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, referentes às contribuições previdenciárias devidas ao ROSÁRIO-PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Rosário Oeste/MT”***.

Atenciosamente,

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal

Exmo. Senhor

CARLOS CESAR DE SOUZA RIBEIRO

DD. Presidente da Câmara Municipal de Rosário Oeste – MT



MENSAGEM N.º 011/2020.

Senhor Presidente;
Senhores Vereadores;

Cumpre-me através do presente encaminhar a esta Augusta Casa de Leis, o Projeto de Lei nº. _____, de 26 de Novembro de 2020 – **“Dispõe sobre o parcelamento e pagamento dos débitos da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, referentes às contribuições previdenciárias devidas ao ROSÁRIO-PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Rosário Oeste/MT”** – para a devida apreciação e deliberação do soberano plenário deste parlamento.

O projeto de lei epigrafado pleiteia autorização legislativa para firmação de termo de confissão de dívida e parcelamento e/ou reparcelamento de débitos das contribuições previdenciárias não recolhidas ao ROSÁRIO-PREVI, visando garantir sua adimplência.

Impende ressaltar que os dispositivos da minuta em apreço, estão em consonância com o disposto na Portaria MPS n. 402 de 10 de dezembro de 2008 e as suas alterações posteriores, todas emanadas do Ministério da Previdência Social. Seria suicídio exigir da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, o pagamento de todas as parcelas em atraso, visto que certamente encontraríamos dificuldades para honrar outros compromissos.

Em razão dos fatores vinculados a conjuntura político econômico vivenciada no Brasil solicita-se o presente termo de parcelamento e/ou reparcelamento de débito, que propiciará o adimplemento das obrigações previdenciárias, sem que para isto tenhamos que utilizar receitas imprescindíveis para garantir o funcionamento de outros serviços públicos essenciais.

Devido à importância denotada por esta matéria, requiro nos termos do Regimento Interno desta Casa, que a sua



Prefeitura Municipal de
Rosário Oeste
Paz e Esperança
Administração 2017 a 2020

tramitação se dê em REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL, e desde já conto com o apoio dos Nobres Edis na aprovação desta minuta.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI N.º 014/2020,

26 de Novembro de 2020.

“Dispõe sobre o parcelamento e pagamento dos débitos da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, referentes às contribuições previdenciárias devidas ao ROSÁRIO-PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Rosário Oeste, e dá outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado por esta lei, a realizar parcelamento e/ou reparcelamento dos débitos referentes às contribuições previdenciárias do município de Rosário Oeste com o ROSÁRIO-PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Rosário Oeste, relativos a competências até março de 2017, observado o disposto no artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, com as devidas atualizações:

I - os débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município da parte patronal, relativas ao período de dezembro/2018 a novembro/2020, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas;
II - os débitos residuais dos Termos de Parcelamento e Confissão de Dívida n. 1584/2013 e 1586/2013, ambos homologados pela Lei Municipal n. 1.344, de 28 de junho de 2013, o Termo n. 203/2016 homologado pela Lei Municipal n. 1.440, de 02 de março de 2016 e o Termo n. 353/2017 homologado pela Lei Municipal n. 1.477, de 28 de março de 2017 em até 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e consecutivas.

Art. 2º. Fica o ROSÁRIO-PREVI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Rosário Oeste/MT autorizado a receber este parcelamento nos termos aqui dispostos.

Art. 3º. O débito originário ora confessado, em obediência ao princípio financeiro e atuarial deverá ser corrigido pelo Índice IPCA mais juros legais à razão de 6% (seis por cento) ao ano acumulados desde a data de vencimento do débito até a data da



assinatura do termo de acordo de parcelamento e deverá ser pago em parcelas, vincendas todo dia 20 (vinte) de cada mês, mediante débito automático na conta do Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Art. 4º. O débito ora confessado, consolidado em reais serão pagas em 60 (sessenta) parcelas fixas, mensais e sucessivas, no valor mínimo apurado pelo Demonstrativo Consolidado de Parcelamento – DCP definido pelo Ministério da Previdência Social através do CADPREV, acrescidas dos juros estabelecidos no parágrafo primeiro.

§ 1º As parcelas vincendas determinadas no caput deste artigo, em obediência ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, serão corrigido pelo Índice IPCA (Índice Preço ao Consumidor Amplo) mais juros à razão de 6% (seis por cento) ao ano, acumulados desde a data da consolidação dos débitos até o mês do vencimento da respectiva parcela.

§ 2º As parcelas vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA (Índice Preço ao Consumidor Amplo), mais juros à razão de 6% (seis por cento) ao ano e multa de 1% (um por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º. A primeira parcela será paga em **20/01/2021**, e as demais parcelas na mesma data dos meses subseqüentes, sendo certo, que após a referida data o valor estará sujeito a multa de 1% (um por cento).

Art. 6º. Quaisquer outras operações ou negociações referentes a estes débitos fora dos termos definidos nesta lei serão considerados nulos de pleno direito.

Art. 7º. O pagamento a que se refere esta lei independe do pagamento da contribuição previdenciária mensal devida pelo Município ao ROSÁRIO-PREVI.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rosário Oeste/MT, 26 de Novembro de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal